

Um outro problema

Com mil e uma pequenas coisas a prender-nos diariamente a atenção, muitos problemas nos passam despercebidos, permanecendo inteiramente alheios à sua solução e até mesmo à sua existência.

Foi, por isso, grande o nosso espanto, quando, há dias, nos caiu sob o olhar o Relatório e Contas do exercício do ano passado de uma Companhia de Moagem, cujo nome não vem para o caso.

O Relatório é desolador. Em resumo, apenas isto: os regimes cereali-feros colocaram a indústria em situação precária por não terem previsto nem a extensão dos sucessivos encargos financeiros que a carestia do material e da força motriz veio trazer-lhe, nem tampouco a redução do montante da laboração, imposta pelo racionamento do pão. Resultado: não poder a Companhia em questão fazer sequer as reintegrações técnicas nem distribuir qualquer dividendo ao capital social.

A curiosidade levou-nos então a fazer perguntas a outros industrialistas e à conclusão de que se criara à indústria de moagem uma situação económica insustentável e, portanto, injusta.

Ninguém nos pode acusar de capitalismo ou de subserviência ao dinheiro. Muito menos de defensor de quaisquer interesses. Se alguma coisa temos defendido são os pequenos, os operários, os dependentes, em favor dos quais temos falado e escrito sem tréguas nem descanso, embora à custa de muitas incompreensões e dissabores. Parece-nos, portanto, que temos especial autoridade para falar agora de uma injustiça social que atinge uma outra espécie de pessoas que não são directamente os pequenos.

Todo o trabalho merece a sua remuneração. Todo o sacrifício, a sua recompensa. O estímulo ao esforço individual não é apenas um acto de justiça, mas também medida de prudente governação.

Dizia Leão XIII que o operário que se vê forçado a aceitar um salário insuficiente sofre uma violência contra a qual a justiça protesta. Poderíamos continuar afirmando, na esteira do grande Pontífice, que uma indústria que se vê forçada a laborar em condições económicas que lhe não permitem remunerar o capital, fixar reservas e estabilizar o seu futuro, também sofre uma violência contra a qual a mesma justiça protesta.

Uma indústria sem condições de vida é um flagelo nacional. Não só padecem os operários e accionistas que lhe estão ligados pelo trabalho ou pelo capital, mas ainda muitas outras actividades, por isso mesmo que nenhuma indústria se pode desenvolver ou permanecer sem a colaboração do comércio, da finança, dos transportes e de outras indústrias que lhe fornecem força motriz, matérias primas, etc. O bem comum exige, portanto, que a indústria se mantenha economicamente equilibrada e crie riqueza não só para a Nação como também para os indivíduos que nela empregam a sua actividade. Uma indústria que não consegue este equilíbrio económico deixa, portanto, de ser útil à Nação, para ser apenas um peso morto que a prejudica. Como tal, terá de ser eliminada, ou substituída por outra mais necessária à colectividade. A história económica está cheia destas substituições.

O caso é, porém, diferente se a indústria é indispensável ao bem comum. Pesa então sobre o Estado o encargo e o dever de lhe proporcionar as condições mínimas de uma existência desafogada. Não podendo ser doutra maneira, ou não convindo que o seja, torna-se imperioso providenciar mesmo à custa do orçamento do Estado, porque então é o próprio bem comum que o reclama.

A indústria de moagem, por ser uma das mais indispensáveis à vida da Nação, tem estado sob a fiscalização e disciplina dos poderes públicos, que lhe impõem taxas de preços e de lucros, a fim de não permitir os abusos que ela poderia ser levada a cometer, precisamente por não poder ser nem dispensada nem substituída. Mas esta intervenção da autoridade deixa de ser legítima, se colocar a indústria em condições económicas insustentáveis como aquelas que actualmente a esmagam.

O Senhor Ministro da Economia, que tem mostrado não temer os problemas nem com eles se afligir, não deixará por certo de resolver este na publicação do próximo regime cerealífero. Se o trazemos a público não é tanto para lho recordar, como para debater uma questão de princípios que a todos interessa.

Qualquer trabalho, qualquer actividade, qualquer empresa tem sempre

uma dupla finalidade: pessoal e social. Encarando somente uma delas comete-se injustiça. As medidas que apenas se preocupam com a finalidade social são tão injustas como aquelas que apenas encarassem o aspecto individual. Ora não será este o caso das condições impostas à indústria de moagem?

Nem se imagine que ao debater esta questão, deixamos por um instante que seja, a nossa preocupação social. É ainda em nome dela que desejaríamos ver solucionada esta questão. Com efeito a palavra «segurança» teve tanto valor para a resolução do problema social, como as palavras «salário» ou «previdência», e mais ainda do que estas outras do nosso especial agrado: «conpropriedade e cogerência».

Sem segurança tudo o resto é vão. Como poderá uma indústria sem segurança própria dar segurança aos outros?

Atenda-se, sim, à finalidade social quando se intervém na economia. Mas não se esqueça a finalidade individual que é a base primária de todo o esforço.

A indústria de moagem não tem nada que nos agradecer esta defesa. Fizemo-la como faríamos a defesa de qualquer outra que soubessemos estar nas mesmas condições.

A justiça deve ser para todos. Todos nos interessam, mesmo aqueles contra os quais tanta vez temos escrito por pensarem demasiadamente em si e muito pouco nos outros.

ABEL VARZIM

JN